

MARQUÊS DE POMBAL
Paradoxo do Iluminismo



Kenneth Maxwell

2.^a Edição



PAZ E TERRA

O legado



Vossa Excelência nada mais tem a fazer aqui.

Dom João Cosme, cardeal da Cunha, a Pombal, após a morte de Dom José I, 1777

Ninguém lhe há de negar talento singular e visão de grande alcance. Por meio do comércio, da agricultura, do povoamento, ele lançou as fundações da independência portuguesa, vista com olhos de inveja pelo ávido rival, a Grã-Bretanha.

Gazetta universale, 1777

Pombal exerceu amplos poderes, mas sua força sempre dependeu do apoio do rei. Isso era tanto a sua força quanto a sua fraqueza, já que a posição que ocupava dependia inteiramente da sobrevivência do rei. Tal era o elo que os que conspiraram contra a vida do rei perceberam no final da década de 1750. Dom José I sofreu um leve ataque apoplético em 1765, mas uma série de acessos mais sérios, após 1774, deixou-o parcialmente paralisado e confinado ao leito (Fig. 44). Apesar de ter comparecido à inauguração de sua estátua eqüestre na grande e nova Praça do Comércio (Fig. 45), na zona portuária de Lisboa um ano depois, ele deixou de receber embaixadores após essa data. Luís Pinto de Sousa Coutinho, que havia sucedido a Martinho de Melo e Castro como embaixador português em Londres, confidenciou a Pombal em 1776 que nenhuma decisão ou ajuda concretas poderiam ser esperadas do governo britânico, pois este estava convencido de que Dom José I não viveria muito mais e que, com sua morte, toda a orientação do governo em Lisboa seria alterada.¹ A implicação clara era que o próprio futuro de Pombal estaria gravemente comprometido.

O problema da perpetuação das reformas que ele iniciara sempre foi uma preocupação para Pombal. Ele acreditava, com efeito, que a mudança mais importante que iniciara fora a reforma da Universidade de Coimbra, porque via as reformas educacionais como um meio de dar continuidade ao impulso modernizador, ao transformar e reformar a mentalidade dos funcionários públicos portugueses. Para diminuir as possibilidades (e havia uma forte suspeita de que isso aconteceria) da sucessão da devota filha do rei,

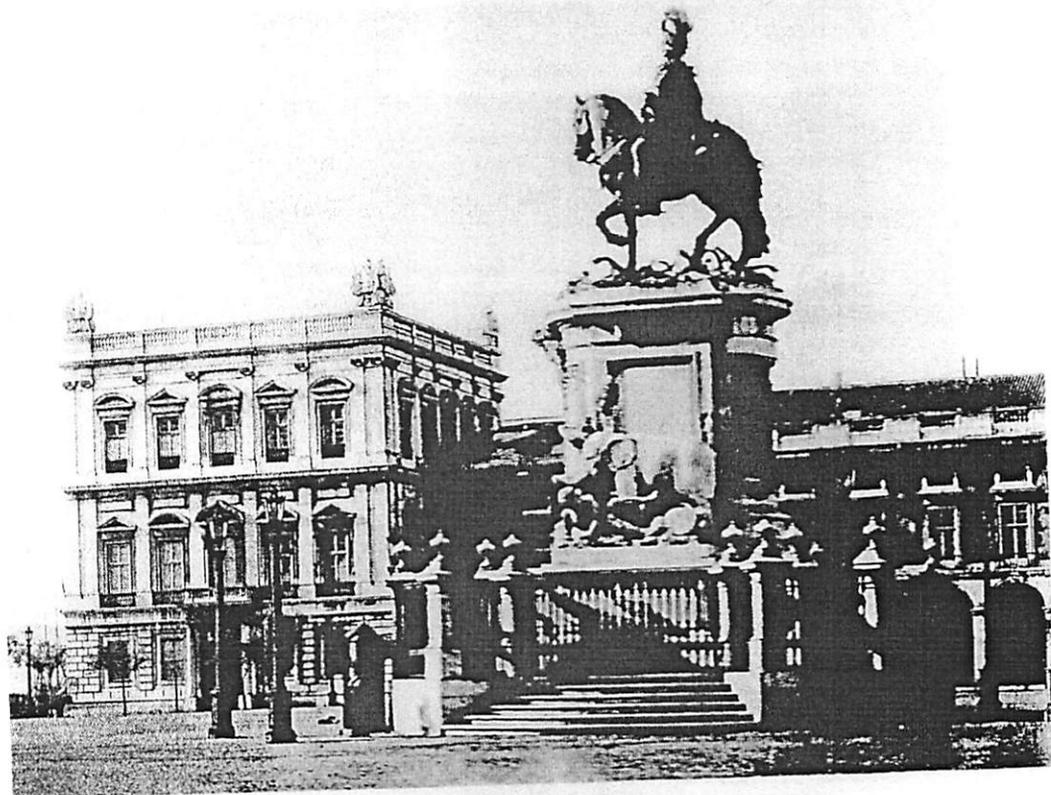
1. "Carta confidencial", Luís Pinto a Pombal, Londres, 10 de setembro de 1776, BNLC, códice 695, fols. 11-12.



77 Dom José I

Dona Maria, Pombal arranhou o casamento do filho de Maria, o jovem príncipe José, com sua tia Maria Benedita (um caso de família como o casamento da mãe do príncipe José com o tio dela). Maria Benedita era uma das defensoras mais intransigentes de Pombal dentro do círculo real e Pombal pode ter tentado estabelecer uma lei sálica, pela qual o trono passaria diretamente, quando da morte do rei, ao seu neto, deixando de lado a sucessão feminina.² A curiosa queda em desgraça de um dos colaboradores íntimos de Pombal, José Seabra da Silva, que foi banido para Angola, parece ter sido devida ao fato de ele revelar o plano a Dona Maria. Esse casamento foi efetivamente realizado enquanto o rei morria. O jovem príncipe José havia sido cuidadosamente educado sob a direção de frei Cenáculo e era um admirador fervoroso

2. Cf. o estudo de Montalvão Machado *Quem livrou Pombal...*, pp.164-165.



45 A Praça do Comércio com a estátua de Dom José I, em uma fotografia de 1872 de Joaquim Machado de Castro (Arquivo Nacional de Fotografia)

de José II da Áustria. Contudo nunca ocuparia o trono português. Em 1788 ele sucumbiu à varíola, contra a qual sua mãe não lhe permitira receber a recém-descoberta vacina (Fig. 33).³

Dom José I faleceu em 1777 e a posição de Pombal logo se tornou insustentável, como havia sido predito em Londres. A nova rainha, Dona Maria I, a primeira soberana da história de Portugal, fora por muito tempo o foco das esperanças dos inimigos de Pombal. Seu marido e príncipe consorte, que se tornou Dom Pedro III, aproximara-se muito dos jesuítas. As frustrações dos interesses havia tanto tempo reprimidos pelo regime de Pombal — os comerciantes que não se beneficiaram dos privilégios e proteção especiais dos cola-

3. A oposição à vacina não estava restrita aos mais tradicionais. Van Swieten havia evitado que qualquer dos membros da família imperial austríaca fosse vacinado contra a varíola, por acreditar que o tratamento fosse daninho. Mas após 1767 Maria Theresa acertou para que os filhos e os funcionários dela fossem vacinados por John Ingenhousz, que foi chamado da Inglaterra por recomendação de Jorge IV. Cf. Beales, *Joseph II*, I, p. 158.

boradores de Pombal; o clero ultramontano; os aristocratas que não se haviam comprometido com o regime e os britânicos —, todos encontraram eco para suas queixas no novo ambiente político.

Pombal, que planejava deixar o cargo, viu-se imediatamente afastado do novo círculo real, e antigos aliados, como o cardeal da Cunha, que buscavam captar as boas graças da nova soberana viraram-lhe rapidamente as costas.⁴ Em meio a muita alegria e desordem nas ruas, a destituição de Pombal de seu cargo foi decretada em nome da rainha e sob a assinatura do antigo companheiro de Pombal, o ministro para os domínios ultramarinos Martinho de Melo e Castro.⁵ A nova soberana contava, entre os seus principais conselheiros, notórios inimigos de Pombal, incluindo o marquês de Marialva, o marquês d'Angeja e o visconde de Vila Nova de Cerveira. Angeja fora camareiro do rei Dom José I, mas durante todo o tempo de preeminência de Pombal “conduzira-se de modo tão habilidoso”, relatou a Londres ministro britânico em Lisboa, Robert Walpole, “que Pombal às vezes confessava que de todos os nobres ele era o único que não conseguia decifrar.” O marquês d'Angeja estava com quase setenta anos e, pensava Walpole, já não era capaz de muito “trabalho laborioso”. O visconde de Vila Nova de Cerveira era filho de uma das vítimas de Pombal: seu pai morrera na prisão. Ribeiro dos Santos, em correspondência privada, observou que o visconde queria governar Portugal por meio “do sistema dos quatro 'is': inquisição, inconfidência, ignorância e indigência.”⁶

Martinho de Melo e Castro, um dos poucos membros da nova administração que vinham do gabinete de Pombal, era o filho mais novo da nobre casa dos Galveias. Segundo o ministro britânico, “sempre fora muito cuidadoso em cortejar o marquês d'Angeja” e havia permanecido neutro durante os conflitos de Pombal com o clero. O retorno de Melo e Castro de Londres devera-se à iniciativa pessoal do rei, e não de Pombal, e o relacionamento entre Melo e Castro e Pombal durante os últimos anos de preeminência deste não fora dos mais cordiais. Melo e Castro era visto pelos britânicos e por Jacome Raton como sendo favorável aos interesses britânicos.⁷ Pina Manique, que levava a cabo uma das medidas mais repressivas do período pombalino (incluindo o incêndio da vila de pescadores de Trafaria, na margem sul do rio Tejo, em janeiro de 1777, que o governo declarara ser um antro de desertores e vagabundos), manteve seu posto na polícia da área de Lisboa e em 1780 foi promovido à poderosa posição de intendente-geral da polícia para a capital e para o reino.⁸

Muitos — mas não todos — dos companheiros mais íntimos de Pombal foram destituídos de seus cargos após sua queda do poder. Frei Cenáculo recebeu ordens de renunciar ao posto de preceptor do príncipe e requereu autorização para passar a residir no seu bispado de Beja. O reformador da Universidade de Coimbra, Francisco de Lemos, foi despedido, e a irmã de Pombal, a abadessa do convento de Santa Joana, destituída. Os jesuítas, encar-

4. Citado por Montalvão Machado em *Quem livrou Pombal* [...], p. 191.

5. 4 de março de 1777, BNICP, códice 695, fo. 36.

6. Citado por José Esteves Pereira em *O pensamento político em Portugal no século XVIII: Antônio Ribeiro dos Santos*, p. 122.

7. Robert Walpole ao Ministério dos Assuntos Exteriores, Lisboa, 4 de abril de 1795, PRO, FO, 63/20.

8. Raton, *Recordações*, p. 245; F. A. Oliveira Martins, *Pina Manique*, Lisboa, 1948, pp. 10, 19, 25.

cerados desde 1760, foram soltos, como também o antigo bispo de Coimbra, que se opusera aos escritores regalistas. Os conspiradores aristocratas sobreviventes também foram libertados. No total, cerca de oitocentos prisioneiros políticos foram libertados por graça da rainha Maria.⁹

A queda de Pombal foi rápida. A situação tornou-se suficientemente ameaçadora em Lisboa para que ele se retirasse, primeiro para Oeiras e depois para o Norte, para suas propriedades perto de Pombal. Viu-se forçado a viajar incógnito, mas sua carruagem vazia foi apedrejada. Tropas precisaram ser chamadas para evitar que sua casa em Lisboa fosse incendiada, e a multidão teve de se satisfazer queimando apenas a sua efígie. Houve uma explosão de denúncias e sátiras. Abandonado por muitos de seus aliados (mas não por todos), Pombal preparou-se para enfrentar seus inimigos tanto em processos jurídicos quanto pela defesa por escrito de sua política e de suas ações.¹⁰

A queda de Pombal e a destituição de seu antigo antagonista, Grimaldi, em Madri abriram caminho para um acordo na guerra de fronteira na América do Sul. Em Santo Ildefonso, em 1778, Espanha e Portugal concordaram com uma nova linha de demarcação; Portugal perdeu Colônia, mas manteve o Rio Grande. A interdição a navios da América do Norte, que Pombal havia imposto na esperança de encorajar a Grã-Bretanha a apoiar as pretensões portuguesas na América do Sul, foi revogada e Portugal assumiu uma posição neutra com relação à disputa entre a Grã-Bretanha e suas antigas colônias.¹¹ O novo regime também enfrentou imediatamente a necessidade de uma decisão sobre o futuro de uma das mais notáveis criações de Pombal: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão; e a questão da prorrogação do monopólio logo se tornou assunto de uma candente batalha de propaganda. Um dos paradoxos da imagem de Pombal foi que, apesar de o declínio catastrófico do comércio britânico com Portugal ter sido causado por uma profunda mudança no sistema econômico após a queda da produção de ouro no Brasil, a lembrança das amargas disputas da década de 1750 associou as medidas de Pombal durante esse período ao conseqüente estabelecimento de um comércio mais equilibrado com a Grã-Bretanha. Com isso a criação das companhias monopolistas brasileiras tornou-se um dos importantes planos políticos pelos quais seu regime foi ao mesmo tempo louvado ou condenado, dependendo dos interesses pessoais ou da nacionalidade do observador. A defesa das medidas da década de 1750, com efeito, equivalia à defesa do próprio Pombal. De um lado estavam os diretores da companhia, do outro os interesses reprimidos desde o fim da década de 1750 que agora vociferavam contra tudo o que fosse pombalino. Eram apoiados por alguns devedores da companhia no Brasil, que viram na mudança de regime uma oportunidade de escapar às próprias obrigações. Fortes pressões foram exercidas contra o

9. Veríssimo Serrão, *Pombal*, pp. 168-169; o marquês de Alorna e os três irmãos do marquês de Távora recusaram-se a deixar a prisão a não ser que sua inocência fosse reconhecida. A rainha concordou com uma comissão para revisão em 1780.

10. *Apologias*, BNLC, códice 695, fols. 19-31, 194-201, 230-231, 233-246, 306-308; cf. também estudo de Veríssimo Serrão em *Pombal*, pp. 173-184.

11. Scott, *British Foreign Policy*, pp. 222, 224.

novo ministério para extinguir o monopólio e abrir o comércio do Pará e do Maranhão a todos.¹²

Em memorando à rainha, os diretores da companhia ressaltaram os objetivos nacionais por trás do estabelecimento da companhia e seu sucesso em reduzir a dependência de Portugal com relação à Grã-Bretanha. O capital investido no Brasil, declararam, havia introduzido e estimulado a produção e comércio de algodão e de arroz, que agora prosperavam. Os diretores da companhia de Pernambuco, que também enfrentava a ameaça de extinção, aludiam às funções regulatórias que a sua companhia havia implementado e ao capital utilizado para restabelecer a produção de açúcar e tabaco no Nordeste do Brasil.¹³

Contudo o investimento da companhia no Brasil era precisamente o que havia levado os colonizadores a débitos enormes, e os colonizadores atribuíam à regulamentação do fornecimento de mercadorias da metrópole para a produção colonial a culpa de ter causado altos preços e escassez nas regiões monopolistas do Brasil. Os fazendeiros e os usineiros pernambucanos, por intermédio dos conselhos municipais de Olinda e Recife, expressaram sua oposição aos privilégios da companhia em termos bem claros. Lembraram à nova rainha que eram "os descendentes dos antigos pernambucanos que, à custa de suas propriedades, sangue e vidas, tomaram esta grande parte da América das mãos dos inimigos e a restituíram à Coroa."¹⁴ O Conselho de Estado da rainha Maria votou a favor da abolição da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. A decisão foi de seis a três, com dois votos para um acordo, sendo o fracasso na prorrogação do monopólio da companhia de Pernambuco uma conseqüência lógica.¹⁵ A nova era, afirmava um dos memorialistas contrários ao monopólio, iria trazer "a liberdade de comércio e a concorrência entre os homens de negócios" e marcar o fim dos "privilégios privados, dos impostos equívocos e de mil aborrecimentos."¹⁶

A decisão de não renovar os privilégios das companhias foi um triunfo visível para os partidários do livre mercado e do velho sistema, assim como para os devedores das companhias, no Brasil.¹⁷ Porém o sucesso foi mais aparente do que real. A situação de 1777 não era igual à da década de 1750, apesar do ressurgimento do antigo debate. Durante os anos intermediários, as circunstâncias econômicas em Portugal e no sistema comercial luso-brasileiro do Atlântico Sul transformaram-se. Apesar da histeria popular que acompanhou a mudança

12. "Correspondência oficial do governador do Grão Pará, 1752-1777". IHGB/AUC, 1-1-3, fo. 378; "Súplica a rainha [...]", IHGB/AUC, 1-1-8, fo. 62. Cf. também Artur Cezar Ferreira dos Reis, "Negadores e entusiastas da companhia do comércio", ACC I, 11-18.

13. "Apontamentos vários sobre a Companhia do Grão Pará e Maranhão", IHGB/AUC, 1-1-8, fo. 16.

14. "Representação que a Sua Magestade fizeram as câmaras da cidade de Olinda, Villa do Recife, e moradores de Pernambuco", 1780, IHGB/AUC, 1-1-8, fos. 1-8.

15. Para a votação sobre essa questão, cf. IHGB/AUC 1-1-8, fo. 133.

16. "Vasta exposição de motivos a Rainha a favor da extinção das companhias de comércio exclusivas [...] por José Vasque da Cunha", IHGB/AUC, 1-1-8, p. 133.

17. Para a extinção das companhias, cf. Manuel Nunes Dias, "A junta liquidatária dos fundos das Companhias Grão Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba (1778-1837)", *Revista portuguesa de história*, 10 (1962), pp. 156-161. Cf. também Ribeiro Júnior, *Colonização*, pp. 171-208.

de regime, os colaboradores de Pombal estavam por demais enraizados na estrutura social e por demais associados à coleta de impostos e às agências fiscais do governo para desaparecer com a mera abolição dos privilégios de monopólio das companhias do Brasil. Os fatores socioeconômicos mais profundos que sustentavam sua posição na sociedade atacaram as companhias monopolistas em sua condição de grupo privilegiado, pelo menos na forma.

A estreita interligação entre a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a estrutura local fiscal e administrativa e o investimento no Brasil, particularmente em algodão, não podiam ser extintos completamente por uma simples pena da em Lisboa. Na verdade, a "companhia extinta" continuou sendo uma força bem real, conservando administradores no Brasil e comercializando durante a década de 1780. A remoção de um foco central e inatacado de dentro do governo não era, de modo algum, uma desvantagem para o interesse das ricas casas comerciais que surgiram durante a era pombalina.

O marquês d'Angeja, a quem faltavam experiência administrativa e informações sobre assuntos econômicos, tornou-se presidente do Erário Régio, o fecho de segurança da administração e do aparato fiscal pombalinos. A consequência mais imediata da queda de Pombal foi que a influência diretiva vital da estrutura administrativa centralizada, já sobrecarregada e com muito trabalho acumulado, desabou. Sob a orientação frouxa de Angeja, a função do Tesouro enfraqueceu-se e sua máquina administrativa passou a ser supervisionada com menor zelo, tornando-se infinitamente mais suscetível à corrupção.¹⁸ O enfraquecimento dessa agência central do governo, juntamente com a ausência de um centro de poder bem definido dentro do novo regime, criou uma situação na qual os interesses privilegiados, por tanto tempo encorajados, protegidos e usados pelo Estado para facilitar suas pretensões nacionalistas e imperiais, viram-se em condições de manipular o Estado para seu próprio benefício. Os detentores dos contratos e os comerciantes abastados, devido ao seu papel-chave no Erário Régio e na administração da alfândega, à sua influência reguladora nas manufaturas reais e à sua riqueza e influência pessoais, estavam numa posição inexpugnável, que a fraqueza do Estado serviu para exaltar. Desse modo, enquanto os inimigos de Pombal lutavam contra os moinhos de vento das companhias privilegiadas, seus colaboradores aumentavam e consolidavam sua riqueza e influência.

O outro grande agente administrativo do governo pombalino também foi enfraquecido. Os membros da junta do comércio foram reduzidos a três: Francisco José Lopes, Jacinto Fernandes Bandeira e o secretário Teotônio Gomes de Carvalho, por causa do insucesso da rainha em renomear representantes.¹⁹ Em 1788 a administração das manufaturas foi colocada sob os cuidados de um novo corpo, a junta da administração das fábricas do reino e águas livres, composta de um inspetor e quatro deputados.²⁰ Como indicava o título, a nova junta das fábricas ocupava-se exclusivamente com estabelecimentos metropolitanos, e as atividades da antiga junta do comércio pombalina de incentivar

18. Raton, *Recordações* [...], p. 121.

19. *Ibidem*, p. 202.

20. Borges de Macedo, *Problemas* [...], p. 224.

empreendimentos manufatureiros coloniais não se repetiram. O novo regime também testemunhou o afastamento do Estado da administração direta dos empreendimentos manufatureiros reais estabelecidos ou reorganizados durante o reinado anterior. Mais uma vez, a "liberalização" foi posta como objetivo, mas isso não significava a remoção de privilégios, a proteção especial às matérias-primas ou o fácil acesso aos mercados coloniais. As manufaturas reais estavam nas mãos de capitalistas privados que se haviam envolvido muito diretamente em seu estabelecimento. As fábricas reais de Covilhã e Fundão, com todos os seus privilégios, inclusive o monopólio dos contratos domésticos militares e reais, foram transferidas para João Ferreira, Joaquim Inácio Quintella, Jacinto Bandeira e Joaquim Machado. Mais tarde, Anselmo José da Cruz e Geraldo Braamcamp assenhorearam-se da fábrica de Porto Alegre e depois passaram seu controle para o grupo Ferreira-Quintella-Bandeira.²¹ Enquanto isso, a expansão da indústria manufatureira continuou com maior ímpeto, sendo estabelecidas 236 novas oficinas entre 1777 e 1778. Por comparação, no reinado anterior foram instaladas apenas 96.²² A nova junta das fábricas, na verdade, criou um foco para interesses metropolitanos manufatureiros.

Desse modo, enquanto a reputação de Pombal, "esse grande homem, conhecido como tal pela classe média e pensante desta nação," como escreveu Raton muito mais tarde, era eclipsada, o grupo que ele havia favorecido permaneceu e prosperou.²³ A queda de Pombal, longe de debilitar seu poder e influência, forneceu um disfarce para a manipulação do Estado no interesse desse grupo e para que ele açambarcasse a maioria dos empreendimentos que o Estado havia estabelecido. A oligarquia mercantil e industrial manteve os lucrativos monopólios de sabão e tabaco, dos quais (já que os valores dos contratos raramente eram reavaliados) obtiveram lucros gigantescos. Raton calculou que o detentor do contrato do monopólio do tabaco ganhou, em um ano, mais do que o Tesouro recebeu com a cessão do contrato em quarenta anos.²⁴ A extensão dos períodos dos contratos a preços fixos anuais também beneficiava os titulares de contratos em detrimento da renda real. Ao grupo Quintella, por exemplo, foi concedido o contrato de coleta do imposto sobre o sal para o Estado do Brasil por 48.000 mil-réis *per annum*, durante treze anos, a partir de 1788.²⁵ A opulência desses homens de negócios da nobreza portuguesa do último quartel do século XVIII era louvada por poetas, panfletários e literatos visitantes embaixados. "As casas vastas e magníficas" dos Quintellas, Braamcamps e Bandeiras foram notadas pelo poeta inglês Robert Southey na virada do século (Fig. 46). E o sempre cáustico William Beckford registrou sua "ofuscante exibição de mau gosto e de magnificência malcompreendida."²⁶

21. Raton, *Recordações* [...], p. 202; Luís F. de Carvalho Dias, *A relação das fábricas de 1788*, Coimbra, 1955, pp. 20, 25, 63, 73.

22. Luís F. de Carvalho Dias, *A relação das fábricas de 1788*, p. 95.

23. Jacome Raton, *Recordações*, p. 152.

24. Cf. a avaliação de Raton a esse respeito, *Recordações* [...], pp. 112-202.

25. "Livros dos termos de arrematação dos contratos reais da América", AHU, códices 297, 298, 299, 306.

26. Robert Southey, *Journal of a residence in Portugal, 1800-1801*, ed. A. Cabral, Oxford, 1900, pp. 137-139; e William Beckford, *The journal of William Beckford in Portugal and Spain, 1787-1788*, ed. Boyd Alexander, Londres, 1954, pp. 257-258.



46 O palácio Ludovice, residência lisboeta de um comerciante, final do século XVIII

"Há alguém que não faça negócios?", perguntou Bernardo de Jesus Maria em seu *Arte e dicionário do comércio e economia portuguesa*, publicado em Lisboa em 1783. "Bons costumes e muito dinheiro," afirmava um dito contemporâneo, "tornam qualquer tratante um cavalheiro."²⁷

Quase um ano e meio após Pombal ter sido demitido do cargo, as queixas contra ele levaram a um processo jurídico famoso. Pombal foi exposto a acusações graves de abuso de poder, corrupção e outros tipos de fraudes. O marquês empregou toda a energia que lhe restava para combater esses ataques e organizar audaciosamente sua defesa, declarando (de um modo muito mais familiar ao século XX do que ao século XVIII) que nunca havia agido sem a permissão do rei. De outubro de 1779 a janeiro de 1780, Pombal foi interrogado. Estava com quase oitenta anos de idade na época, mas sempre sustentou que o rei era responsável pelos atos de sua administração e que ele simplesmente obedecia às ordens de seu senhor "de sagrada lembrança," como disse. Um comitê de cinco juízes examinou a causa, mas ficou dividido sobre a questão de como proceder. Dona Maria I encerrou o processo sem mais delongas em 1781, proclamando um edital onde declarava que Pombal merecia uma

27. Citado por Borges de Macedo em *Problemas [...]*, p. 216.

"punição exemplar", mas sem proceder contra a pessoa dele por causa de "sua idade e condição frágil."²⁸ Esse processo extraordinário fascinou a Europa. Citações de textos de Pombal e comentários sobre suas atividades, em meados da década de 1780, circulavam em múltiplas edições em diversos idiomas.

Pombal morreu em 1782, cinco anos depois de sua queda — um ancião abandonado, muito enfermo mas ainda desafiador. Dom Francisco de Lemos não desertou seu antigo mentor e amigo, realizando seus funerais e pagando pessoalmente as despesas da cerimônia. O núncio papal de Lisboa de 1794 a 1802, cardeal Bartolomeu Pacca, sentiu-se ultrajado por quanto restou do legado pombalino. Comparou a relação portuguesa com o papado com algo muito próximo do anglicanismo. Declarou que Pombal havia transformado a Universidade de Coimbra em uma "verdadeira sede de pestilência" e censurou particularmente os bispos portugueses e Dom Francisco de Lemos, que considerou responsáveis diretos pela "propagação, em Portugal, das máximas febonianas e jansenistas."²⁹

Para seus filhos e para a posteridade, Pombal compôs uma série de apologias, cada qual explicando suas atividades principais no governo e rebatendo o que ele considerava como calúnias contra a sua reputação. Seus sucessores imediatos julgaram-no cruelmente, mas na virada do século muitos de seus partidários voltaram a ocupar posições de destaque. Os historiadores portugueses, como os contemporâneos de Pombal, permaneceram divididos quanto aos seus méritos e à importância de suas reformas — isso um século e meio antes de ele receber o reconhecimento nacional na forma de uma grande estátua que avulta sobre a cidade de Lisboa no fim da Avenida da Liberdade.

Mas como devemos julgar Pombal hoje? A chave para compreender Pombal no Portugal do século XVIII reside em parte na coincidência do Iluminismo com a luta de um antigo poder para se tornar hegemônico outra vez, por meio da adoção e da adaptação autoconsciente das técnicas que, segundo acreditavam seus governantes, seus concorrentes haviam utilizado para sobrepujá-los. O papel da reconstrução intelectual é, portanto, algo que somos obrigados a levar em conta para compreender Pombal e o Portugal do século XVIII. Há muitos anos, Fritz Hartung distinguiu claramente entre o absolutismo, ou seja, a forma de governo que não é embaraçada por instituições parlamentares mas submete voluntariamente a leis e a validações os direitos dos súditos, e o despotismo, que equivale à tirania sem peias. O Portugal de Pombal era de certo modo um produto híbrido, parte absolutista e parte despótico. O esforço para intensificar os poderes do Estado melhorando a eficiência da administração e do Exército e estimulando a economia nacional, ou seja, graças a uma política de mercantilismo, nada disso era uma característica do absolutismo esclarecido. Certamente Pombal fez todas essas coisas. Mas Pombal também adquiriu e estabeleceu para o Estado português quatro monopólios-chaves

28. A reação européia à queda do poder de Pombal foi extensamente analisada por Franco Venturi em *The end of the old regime in Europe, 1776-1789*, trad. ingl. R. Burr Lichtfield, Princeton, 1991, pp. 200-236.

29. *Mémoires historiques du cardinal Pacca, traduites de l'italien*, Paris, 1844, pp. 269-274.

para o poder: sobre a coerção, sobre a tributação e sobre a criação de leis, o que era realmente a tarefa e o objetivo de um absolutista esclarecido.³⁰

A combinação particular de métodos que Pombal utilizou, contudo, refletia as peculiaridades da posição de Portugal. Havia, é claro, um contraponto entre oportunidade e necessidade em todas as atividades de Pombal. Muitas de suas intervenções mais importantes eram tanto de reação quanto de criação. A reconstrução de Lisboa, talvez a realização mais visível e duradoura de Pombal, foi possível pela catástrofe do terremoto de 1755. A reforma da área militar seguiu-se à invasão espanhola de 1762. Sua reforma do sistema educacional era o resultado inevitável da expulsão dos jesuítas. O rompimento com o papado forçou uma reavaliação do relacionamento Estado-Igreja. A crescente ênfase nas manufaturas acompanhou a criação de um ambiente econômico favorável à substituição das importações. Mas enumerar oportunidades não implica que elas tenham sido de fato aproveitadas.

Muitas vezes as oportunidades são desperdiçadas, perdidas, ou passam despercebidas. Na verdade, penso que de modo algum Pombal fica diminuído quando se considera a relação íntima entre oportunidade e reação. Com efeito, foi a sua hábil manipulação das circunstâncias que lhe garantiu o sucesso desfrutado nos âmbitos econômico e social. Em essência, o ministro todo-poderoso colocou o poder do Estado decididamente do lado do conflito que se havia desenvolvido entre os empresários portugueses como conseqüência da explosão do ouro. Ele escolheu os grandes comerciantes estabelecidos em lugar dos pequenos concorrentes porque viu que os pequenos comerciantes eram meras criaturas ou agentes comissionados dos estrangeiros, os quais esperava que os grandes comerciantes portugueses, com a assistência do Estado, fossem capazes de desafiar. Do mesmo modo, no Norte de Portugal, Pombal deu o apoio do Estado aos grandes produtores do Alto Douro, protegendo-os da concorrência e com isso estabilizando preços e qualidade. Também concedeu à companhia do Douro o monopólio de venda no varejo, afastando tanto os taverneiros independentes quanto os pequenos produtores. Quando estes se revoltaram, ele os esmagou impiedosamente. Do mesmo modo, na longa disputa sobre pedagogia e educação, ao adotar as recomendações dos oratorianos e de Vernei, escolheu um dos lados de uma luta que já existia. A disputa com o papado era parte essencial do movimento de reforma na Europa católica, que aspirava a diminuir as pretensões ultramontanas e, em conseqüência, nacionalizar a Igreja. A emenda e codificação de leis serviu para impor impostos e encargos aos súditos, e não para conceder direitos individuais aos cidadãos.

Pombal era um adaptador pragmático e sutil que quase sempre forçava os limites do possível dentro das restrições com as quais devia trabalhar: as do longo século XVIII português e do sistema atlântico. Dentro desses parâmetros, Pombal pôde servir-se do considerável acervo do pensamento português antigo, como também de suas próprias observações em Londres e Viena. Acima de

30. Cf. o estudo de Isser Woloch *Eighteenth century Europe: tradition and progress, 1715-1789*. Nova York, 1982, pp. 4-26.

tudo, não hesitou em agir. Na verdade, a sua ação é a sua obra permanente, para o melhor ou para o pior, dependendo muito de quem se era. Para as grandes câmaras de comércio, que ajudou a criar, ele foi um herói; para os pequenos negociantes, que suprimiu, ele foi um tirano. Para os cultivadores de vinho do Porto, que protegeu, ele foi um patrono; para os proprietários de vinhedos, cujas vinhas mandou arrancar, foi uma calamidade. Diferentemente da maioria dos governantes esclarecidos, mais preocupados com a teoria do que com a prática, de uma maneira geral ele alcançou seus objetivos. Sua reforma educacional abriu as portas para o florescimento, no final do século XVIII, da ciência e da filosofia portuguesa. Os comerciantes que favoreceu tornaram-se a base de uma rica e opulenta burguesia. Em ambos os casos o papel do Estado como patrono, parceiro e protetor foi decisivo. Como sublinhava Dom Luís da Cunha em seu testamento político, a liberdade de muitos foi restringida para o benefício de poucos. Desse modo, no Portugal do século XVIII foi o Estado que criou a burguesia, e não, como na América britânica, a burguesia que restringiu o Estado.

A política econômica de Pombal era lógica, do ponto de vista da posição de Portugal no sistema comercial internacional durante o século XVIII. Baseava-se na intervenção estatal renovada, na estrutura empresarial, como também no mercado, no comércio e na produção tanto doméstica como colonial. A política protegia o comércio mutuamente vantajoso — o vinho do Porto, por exemplo —, mas também aspirava a desenvolver uma poderosa classe nacional de homens de negócios com os recursos de capital e a habilidade comerciais necessários para desafiar seus concorrentes estrangeiros. Longe de ser uma política importada, ela brotou de uma longa tradição portuguesa de experimentação e debate que datava da década de 1660. Baseava-se em uma avaliação criteriosa do equilíbrio das forças sociais na sociedade portuguesa. Essa política nacionalista, imposta pelo implacável poder do Estado, produziu reações dentro de Portugal precisamente porque interceptava outros conflitos no seio da sociedade portuguesa: entre a velha nobreza e homens de negócios novos-ricos; entre os modernizadores do sistema educacional e os defensores da tradição; e entre pequenos e grandes empresários. Pombal tratou a oposição implacavelmente. Suas reformas e seu despotismo eram, portanto, inseparáveis. Eram os dois lados da mesma moeda.

Por esse motivo, Iluminismo, racionalidade e progresso têm um significado muito diferente, neste contexto, daquele ao qual nós nos acostumamos. Fundamentalmente, estamos falando do engrandecimento do poder do Estado, e não da extensão das liberdades individuais. As ações de Pombal eram necessárias, declaravam seus defensores, para se alcançar o progresso. Mas o problema da idéia de progresso, em especial para aqueles que se julgou não terem progredido, era que implicava o estigma de atraso, proporcionando assim uma justificativa para ações que a tradição, a lei e a ética haviam condenado. A ação recíproca dessas duas noções, progresso e atraso, dentro da realidade social, política e econômica do Portugal do século XVIII, está tecida de modo inextricável, conscientemente ou não, em qualquer interpretação da

época. Reforçada pela ideologia racionalista que forneceu uma desculpa conveniente para o despotismo, as imagens contraditórias do Portugal do século XVIII, dessa perspectiva, estão em boa parte anuladas. Em um sentido real, ambas as imagens são precisas, porque o outro lado da moeda do atraso pode ser a ordem, e o outro lado do progresso pode ser a tirania. Em nenhum dos casos havia muito espaço para a liberdade individual. Esse espaço havia sido decididamente apropriado com antecipação pelo Estado.

Dessa forma, o grande conflito entre tradição e inovação não foi resolvido e as inerentes incompatibilidades entre as partes do programa de reforma de Pombal tornaram-se mais óbvias na ocasião em que a presença dominante e integradora do ministro todo-poderoso desapareceu. E seus próprios colaboradores logo enfrentaram a necessidade de se confrontar, intelectualmente, com o dilema do despotismo e do Iluminismo. Ninguém estava mais ciente do conflito no âmago do absolutismo pombalino do que Antônio Ribeiro dos Santos. Ao escrever, em caráter privado, diversos anos após a morte de Pombal, ele observou:

A obrigação principal e mais importante de um ministro que o príncipe coloca na direção de seu governo é manter a primeira lei básica constitucional de todas as sociedades civis, que é a segurança real e pessoal dos cidadãos, razão eterna pela qual os homens se reúnem em sociedade e pela qual sacrificam uma grande parte de suas liberdades e direitos naturais [...] O marquês de Pombal violou continuamente essa lei durante todo o período de seu governo. Essa lei sacrossanta foi esmagada sob o pé infame do tirano.³¹

Essas não eram questões sobre as quais todos os defensores de Pombal, dentre os quais Ribeiro dos Santos fora o mais proeminente na década de 1770, concordavam. Seu antigo companheiro na reforma da Universidade de Coimbra, Pascoal José de Melo Freire, mais tarde denunciou-o à rainha, em 1789, como um "propagandista das doutrinas populistas e republicanas".³² Isso ele não era. Na verdade ele foi o autor de diversos livros que atacavam as interpretações não-cristãs do Iluminismo. Mas esse amargo desacordo entre velhos companheiros do regime pombalino — um, Ribeiro, havia começado a abraçar uma interpretação mais constitucionalista do Estado e do papel da sociedade civil, o outro mantinha-se fiel à visão absolutista — foi o precursor do debate que estava por vir, quando a crise do século XVIII relativa ao governo e à representação entrou em sua fase mais aguda e violenta, e esse debate iria dividir Portugal durante os primeiros trinta anos do século XIX.

A história da administração de Pombal é, por conseqüência, um antídoto importante para a visão excessivamente linear e progressiva do papel do Iluminismo no século XVIII na Europa e da relação entre o Iluminismo e o exercício do poder do Estado. A tradição histórica anglo-americana ainda tende a presumir que o Iluminismo seja sinônimo de liberdade, em especial as

31. Lisboa, códice 4712, fols. 200-201, citado por José Esteves Pereira em *O pensamento político em Portugal no século XVIII*, p. 248, nº 1.

32. *Ibidem*; cf. também L. F. de Carvalho Dias, "Algumas cartas do doutor Antônio Ribeiro dos Santos", *Revista portuguesa de história*, 14, 1974, pp. 415-519.

liberdades postas no relicário da Constituição dos Estados Unidos e da Declaração dos Direitos Humanos, direitos que têm como objetivo fundamental proteger o indivíduo contra o Estado. Na França, o Iluminismo ainda é visto como um antecessor, ou, na melhor das hipóteses, como um agente condicionador da Revolução de 1789. Muitas vezes, também, ao discutir o século XVIII, presumimos que a liberdade é a serva do progresso. Mas essa visão nem sempre se sustenta quando examinamos a periferia européia. Aqui, conforme os positivistas resumiram mais tarde, a união mais comum era "Ordem e Progresso", e não a feliz aliança "Ordem e Liberdade", que Macaulay e a tradição Whig declararam ser o grande apanágio da Inglaterra do século XVIII. Na verdade estamos começando a reaprender, na Europa central, oriental e meridional, que o Iluminismo casou-se mais vezes com o absolutismo do que com o constitucionalismo. Aqui, o século XVIII está menos caracterizado pelo indivíduo, que busca a proteção do Estado, do que pelo Estado, que busca a proteção dos indivíduos muito poderosos. Marc Raeff chegou ao ponto de caracterizar as formulações do reformismo do século XVIII nos territórios germânicos e na Rússia como tendo o objetivo de criar um "Estado policial bem-ordenado".³³ Talvez seja essa a visão extremista, mas em muitas de suas facetas a experiência pombalina está próxima do modelo de Raeff, e já se começa a desenvolver um contexto revisionista de literatura histórica que repensa todo o contexto do despotismo esclarecido e seu significado.

Raramente se considera Portugal nesses debates, apesar de ele oferecer um exemplo fascinante de absolutismo esclarecido em sua forma mais estatizante. Com certeza o regime de Pombal representa um caso complicado e contraditório. Portugal é um país pequeno quando comparado aos impérios multinacionais que outros governantes europeus tiveram de manter. É também uma das nações mais antigas da Europa, notavelmente homogênea em termos de população e cultura, se comparada a seus vizinhos. Porém o século XVIII, não se deve esquecer, também foi um dos grandes períodos imperiais de Portugal, comparável, sob alguns aspectos, ao século XVI. E foi a projeção ultramarina de Portugal que deu às suas políticas reformistas um alcance mais amplo do que à primeira vista poderia parecer, fator que não passou despercebido, por exemplo, ao amigo de Pombal em Viena, o duque Silva-Tarouca. Como este livro tentou demonstrar, algumas das peculiaridades de Pombal bem valem ser consideradas num contexto comparativo. E a história dos paradoxos do governo de Pombal tem o mérito de ajudar a esclarecer alguns dos paradoxos mais intrigantes que se encontram por trás da coexistência das tradições reformistas e autoritárias tanto na parte sul quanto na parte oriental da Europa.

Mas, ao cabo, os dilemas que marcaram o século XVIII português não foram completamente resolvidos pelo governo de Pombal. O mais fundamental permaneceu na dependência de Portugal em relação ao Brasil, já que foi a dimensão do Atlântico sul no longo século XVIII português que delineou a estrutura cronológica para a época toda. Por razões históricas inicialmente, e

33. Marc Raeff, "The well-ordered police state and the development of modernity in seventeenth and eighteenth century Europe: an attempt at a comparative approach", *AHR* 80, nº 5, dezembro de 1975, pp. 1221-1243.

depois por razões relacionadas com o crescente desequilíbrio entre o Brasil e Portugal, o relacionamento entre os dois países durante todo esse período nunca foi meramente o de um servo colonial e um senhor europeu. As razões históricas disso datam do período entre 1580 e 1640, quando Portugal caiu sob o domínio da monarquia espanhola dos Habsburgos e uma seção considerável da região açucareira mais próspera no nordeste do Brasil foi tomada pelos holandeses. Como os brasileiros nunca se esqueceram e continuamente lembravam a Lisboa, para o caso de o governo central sofrer um lapso de memória, a luta para restabelecer a soberania portuguesa no Brasil foi uma questão amplamente brasileira. Os líderes portugueses mais astutos, durante todo o período que vai do fim do século XVII ao início do século XIX, sempre se mantiveram cientes de que os brasileiros haviam contribuído grandemente para a restauração da soberania portuguesa na América do Sul e se haviam mobilizado contra outras ameaças estrangeiras quando estas se apresentaram, em particular contra os franceses, no início do século XVIII, e contra os espanhóis, durante todo o período. Por isso eles trataram os brasileiros com cuidado, com respeito conveniente e cautela. Pombal, em particular, conquanto se mostrasse feroz ao defender os privilégios e a autoridade reais no próprio Portugal, aspirava a cooptar e integrar os brasileiros ao mecanismo do governo tanto no Brasil quanto em Portugal. Mas Portugal era, em última análise, um país pequeno com um império grande, e a idéia de que o Brasil, no final, ultrapassaria Portugal em população e riqueza levou muitos líderes, Dom Luís da Cunha entre eles, a prever a mudança da sede do governo para o outro lado do Atlântico.

O papel das cortes havia sido importante nos dias de penúria e fraqueza que se seguiram à restauração da independência, em 1640. A reivindicação dos Braganças ao trono, acima de tudo, emergiu afinal de um ato de rebelião e das camadas superiores da aristocracia portuguesa. O relacionamento dos Braganças com a nobreza superior era, desse modo, complicado e a monarquia portuguesa procurou, por conseqüência, seus conselheiros mais íntimos em outras fontes. Os jesuítas, desde o tempo de Vieira até a década de 1750, tiveram um papel-chave como confessores e como conselheiros e agentes especiais da coroa. O povo da colônia representou um papel similar durante o reinado de Dom João V, na pessoa do seu influente secretário particular brasileiro, Alexandre de Gusmão. Mais tarde Francisco de Lemos, outro brasileiro, trabalhou muito próximo a Pombal e foi o reitor reformador da Universidade de Coimbra. O próprio Pombal era da pequena nobreza e sua família havia servido por muito tempo em posições de confiança junto à coroa. Mas foi acima de tudo o ouro brasileiro que forneceu os meios para consolidar o Estado absolutista português e emancipar a monarquia dos Braganças tanto da competição aristocrática quanto das cortes.³⁴

Um objetivo fundamental das reformas educacionais de Pombal, a criação de um Colégio dos Nobres e as disposições para a educação da nobreza provinciana de Coimbra, foi planejado precisamente para criar uma nobreza que

34. Cf. Kenneth Maxwell, "The Atlantic in the eighteenth century: a southern perspective on the need to return to the 'big picture'", *TRHS*, sexta série, 3, 1993, pp. 209-236.

prestasse serviço, livre, como os estatutos do Colégio dos Nobres especificavam, "da noção perniciososa de que poderiam viver livres de virtudes." Mas aqui os dilemas que se opunham a tal engenharia social no Portugal do século XVIII eram profundos. A nobreza tradicional era pequena, com casamentos realizados no seio dela mesma, e intensamente conservadora. A Inquisição e sua obsessão com a pureza do sangue, com a descoberta de subversão após cuidadosas investigações, com o judaísmo e a heresia era um baluarte poderoso contra as reformas. Mas a Inquisição também era uma arma poderosa na defesa do Estado, e os monarcas da família Bragança enfrentavam aqui suas próprias ambigüidades. Dom João V estava orgulhoso de seu título "Fidelíssimo", com seus planos para o patriarcado de Lisboa, sua promoção dispendiosa do cerimonial religioso e, não menos importante, seu projeto em Maфра. Mas os Braganças também permitiram, ou foram forçados a permiti-la devido à necessidade de alianças de defesa com as potências marítimas protestantes, a prática da religião protestante dentro de sua própria capital. E seus conselheiros reais mais ponderados, do jesuíta Antônio Vieira a Dom Luís da Cunha e Pombal, todos acreditavam que Portugal necessitava recuperar a riqueza e a habilidade nos negócios dos cristãos-novos e dos judeus perdidos para Portugal em virtude das depredações da Inquisição.

Havia, é claro, um elemento de paranóia nessas visões, já que eram às vezes uma imagem refletida, em sua expectativa, da perspicácia empresarial dos judeus e cristãos-novos, bem como do medo que a Inquisição sentia disso. Mas esses passos experimentais na direção da reforma social e da tolerância eram parte de um conflito mais amplo entre os valores tradicionais da Contra-Reforma e um programa de reformas que visava a restabelecer o controle nacional sobre a economia por meio de escoras para o poder do Estado e da educação de uma nova geração de homens de negócios habilidosos e de aristocratas ilustrados. E aqui a ambigüidade da reação da própria coroa a essas tendências conflitantes era mais aguda. Dom João V queria que a iniciativa e a ortodoxia florescessem ao mesmo tempo, e isso não era possível. Pombal, por seu turno, deu sinceramente o apoio do Estado à reforma, mas com tal ferocidade e despotismo que deixou suas medidas perigosamente dependentes de seu poder pessoal, vulneráveis, portanto, à revogação e à rejeição após sua queda. E ele havia de tal modo fundido o autoritarismo à reforma que o reinado seguinte da ultrapiquosa Dona Maria I lembrava às vezes a confusão de seu extravagante avô. Assim, enquanto a rainha se recolhia às fantasias pastoris de seu palácio em Queluz e iniciava a construção da magnífica basílica de Estrela (Fig. 47), ambos de inspiração e estilo tão distantes quanto se possa imaginar do neoclassicismo utilitário da nova Lisboa pombalina ou dos projetos do coronel William Elsdon para os novos laboratórios e observatórios de Coimbra, ela permitia também que a nova Real Academia de Ciências fosse inaugurada e encorajava as grandes expedições "filosóficas" de Alexandre Rodrigues Ferreira e de seus companheiros, que começaram a fazer o registro da história natural da Amazônia, de Angola e de

35. Cf. o excelente livro de William Joel Simon, *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual scientific community of the late eighteenth*



47 A igreja Estrela, Lisboa, construída por Dona Maria I, em uma fotografia de 1872

Moçambique.³⁵ Assim que a regência foi formalmente declarada, em 1799, muitos dos partidários de Pombal voltaram aos seus cargos, inclusive Francisco de Lemos, que regressou a Coimbra para dar seguimento ao trabalho interrompido.

O segundo grande dilema do longo século XVIII de Portugal envolvia os interesses aparentemente conflitantes do comércio e da indústria. Quando o ouro começou a fluir do Brasil, tornou-se mais barato importar produtos acabados do que manufaturá-los em casa. Desse modo o ouro do Brasil ajudou a

century, Lisboa, 1983. Há um certo desacordo entre os historiadores portugueses e brasileiros quanto à relativa importância dos fatores econômicos e geopolíticos na transferência durante a explosão industrial em Portugal do fim do século XVIII. Vitorino Magalhães Godinho tende a apoiar a opinião de que o impacto dos tecidos britânicos mais baratos afetaram a produção portuguesa na virada do século; (Magalhães Godinho, *Pré et momtaies*), enquanto Borges de Macedo (*Problemas [...]*) vê a invasão napoleônica como decisiva. Trabalhos recentes de José Jobson de Andrade Arruda, *O Brasil no comércio colonial*, São Paulo, 1980, e David Justino (cf. comentário em *RHES*, Lisboa, 11 janeiro/junho de 1983, pp. 126-130) tendem a apoiar a interpretação de Magalhães Godinho. A rainha Maria I foi declarada mentalmente incapaz em 1799, quando seu segundo filho, João, tornou-se príncipe regente. A rainha morreu no Rio de Janeiro em 1816.

exterminar as indústrias nascentes que o conde de Ericeira havia tentado desenvolver no final do século XVII. Inversamente, quando as remessas de ouro diminuíram, o novo ambiente econômico ajudou a estimular as novas manufaturas implantadas pelo regime pombalino quando se removeram os meios de pagamento para importações. Havia sido tão sutil a abordagem de Pombal e tão poderosos os incentivos à manufatura portuguesa que, no final do século, Portugal beneficiava-se tanto de seus próprios produtos manufaturados, que chegaram a compreender uma porção significativa das exportações portuguesas para o Brasil, quanto de um aumento súbito nas reexportações coloniais, algumas tradicionais, como o açúcar, mas outras novas, como o algodão, que juntas trouxeram uma reciprocidade verdadeira para seus acordos comerciais com o resto da Europa e com a Grã-Bretanha em particular — algo que havia sido o objetivo de todos os bons mercantilistas em Portugal desde restauração da independência portuguesa em meados do século XVII.

Assim, interesses manufatureiros protecionistas, no âmbito de Portugal, podiam, com toda a justiça, declarar-se herdeiros da tradição pombalina, como o podiam nas colônias aqueles que aspiravam a um maior raio de ação para seus empreendimentos coloniais; e aqui, mais uma vez, a clássica restrição do longo século XVIII entrou em jogo. A era do mercantilismo estava ficando para trás. Na Inglaterra, a revolução industrial começava. Os partidários do livre mercado pressionavam com vistas a uma remoção de barreiras e relacionamentos especiais. Adam Smith tornou o relacionamento comercial anglo-português em geral e o Tratado de Methuen em particular o exemplo clássico da restrição ao comércio. Os produtores e exportadores de tecidos de algodão de Lancashire pressionavam o governo de Londres para o estabelecimento de uma relação direta com os mercados lucrativos das Américas. Dessa maneira, ironicamente, como o sonho mercantilista havia sido arquivado, o contexto dentro do qual o mercantilismo havia funcionado, no que dizia respeito aos portugueses, estava prestes a ser destruído, e o fermento da inovação, dentro do Brasil, já estava levantando questões mais amplas que só poderiam levar à pertinência do exemplo das Treze Colônias. Foi por uma portentosa combinação de circunstâncias que o crescente conflito de interesses na estrutura imperial luso-atlântica coincidiu com a destruição do sistema mercantilista da maior potência colonial européia e antiga aliada de Portugal.

Esse desenlace ocorreu, claro está, como resultado do terceiro dilema do longo século XVIII português: o papel antipático de Portugal na luta pela hegemonia no Atlântico entre a França e a Grã-Bretanha. Nos momentos críticos da longa disputa, durante as guerras revolucionárias e napoleônicas, ocorreu a ruptura final, apesar de ter sido a França e não a Grã-Bretanha quem provocou essa ruptura, quando Napoleão decidiu que a neutralidade portuguesa não poderia ser tolerada e que o porto de Lisboa proporcionava uma brecha séria demais em seu sistema continental. Mas Napoleão havia calculado mal até que ponto a monarquia portuguesa estava preparada para se mudar para o Brasil ou o desejo dos britânicos de facilitar essa

transferência histórica, em seu próprio interesse, da sede do governo da metrópole para a colônia.

O problema fundamental de Portugal, no fim, adveio da lógica do sistema Atlântico do século XVIII, baseado no Brasil. O Brasil iria tornar-se inevitavelmente o parceiro dominante dentro do império de língua portuguesa. Se as restrições políticas que haviam governado todo o período da década de 1660 até o fim do século XVIII também mudassem, ou seja, se a Grã-Bretanha não mais acreditasse, por exemplo, ser de seu interesse proteger Portugal de seus vizinhos do continente, então os ingleses poderiam optar por uma relação direta com a colônia em detrimento da metrópole. Já que toda a base da prosperidade de Portugal havia sido construída com a manipulação dos monopólios coloniais, exportações de colheitas, mercados coloniais e ouro colonial, tal ruptura traria mudanças fundamentais e encerraria uma época. Assim foi que o cerco francês de Lisboa, em 1807, aniquilou a estrutura do sistema luso-atlântico tal qual ele existia desde a década de 1660 e a ligação direta entre os portos da Europa e do Brasil destruiu o papel de Lisboa como intermediário necessário. O ano de 1807 trouxe o fim do longo século XVIII português. Ficou sem solução, apesar dos esforços de Pombal, o velho conflito entre a inovação e a tradição. Quando se abriu o século XIX sem o benefício que a riqueza do Brasil proporcionava, essa disputa tornou-se deveras amarga.